



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

**SENTENÇA**

Processo nº: **1003245-61.2018.8.26.0037**  
Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial**  
Requerente: **Joao Vitto Joao**  
Requerido: **UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos etc.,

Nos termos do artigo 38, da Lei nº 9.099/95, dispensado o relatório passo a decidir.

Inicialmente, inexistente complexidade nesta demanda que afastaria a competência do Juizado Especial Cível da Fazenda Pública, visto tratar-se de questão de natureza salarial e não previdenciária.

Outrossim, a pretensa carência aprofunda-se na relação de direito material, daí por que, se acolhida em seus fundamentos, dará azo à improcedência do pedido.

No mais, a questão controvertida tangencia matéria de direito e estão os fatos comprovados por documentos, por isso desnecessária a produção de outras provas, impondo-se o julgamento antecipado do pedido.

A propósito de todo aduzido, cuida-se de pedido de diferenças salariais, movido por servidor público autárquico aposentado, em virtude da incorreção na aplicação da Resolução Unesp 42/2012, em cotejo com a Resolução Unesp 32/2011.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

Ao que constata, o autor é aposentado desde 11/02/2006. A Resolução UNESP nº 32, de 28/07/2011, instituiu o Plano de Carreira/Retribuição para os servidores técnicos e administrativos regidos pelo regime jurídico autárquico e celetista.

O artigo 5º, parágrafo 1º, das Disposições Transitórias, da referida resolução, estabelece que: *“Nos casos em que a remuneração correspondente ao padrão obtido no enquadramento nos termos dos artigos 2º e 3º destas Disposições Transitórias, acrescida da gratificação de representação vigente a partir desta Resolução, quando for o caso, permanecer inalterada o servidor poderá fazer jus a:*

*I - 1 (um) grau desde que tenha assegurada a vantagem prevista nos artigos 7º e 8º da Resolução Unesp nº 37/98; II 1 (um) nível desde que tenha assegurada a vantagem prevista no inciso II do artigo 5º da Resolução Unesp nº 70/2008. § 1º - O servidor que se enquadra no caput e não atende ao disposto nos incisos I e II deste artigo ou cuja remuneração for alterada e resultar em percentual da diferença menor que 5%, terá acrescido 1 (um) grau ao enquadramento financeiro”.*

Ao depois adveio a Resolução UNESP nº 42/2012, alterando dispositivos da Resolução UNESP nº 32/2011, e impôs o pagamento da diferença da escala de vencimentos, de modo que os retroativos deveriam ser pagos a partir de sua edição.

O autor pretende esta benesse nos exatos termos do que se concedeu aos servidores em atividade.

Neste ponto, por mais que se esforce em elucubrações, o reajuste concedido aos servidores em atividade, lastreado nestas resoluções, possui caráter geral, sem qualquer particularidade a atividade do servidor, mesmo que se indique no seu bojo o termo vencimento/remuneração.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Por conseguinte, nada justificaria o tratamento conferido pela requerida aos inativos, em inescindível afronta ao artigo 40, § 8º, da Constituição Federal, ao dispor que: *Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (...) § 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei*”.

Por oportuno, a respeito da questão suscitada nestes autos, já ficou decidido que:

**“Apelação - Servidores aposentados da Unesp —“Apelação - Servidores aposentados da Unesp - Pretensão à equiparação salarial dos proventos de aposentadoria com os vencimentos dos servidores ativos - Resoluções nº 32 e 42 que conferiram reajustes de caráter geral e que devem ser estendidos aos inativos por força do art. 40, §8º, da Constituição Federal - Ratificação dos fundamentos da r. sentença nos termos do art. 252 do Regimento Interno deste Tribunal - Sentença mantida - Recurso a que se nega provimento.”** (Ap. nº 4005175-10.2013.8.26.0079; Rel.: Ponte Neto; TJESP);

**“APELAÇÃO CÍVEL - SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO - UNESP. 1. Pagamento dos valores retroativos correspondentes à Equiparação Salarial - Previsão na Resolução UNESP nº 32/2011, com alterações da Resolução nº 42/2012. 2. Paridade dos proventos de aposentadoria com vencimentos de servidor em atividade - Admissibilidade - Inteligência do artigo 40, §8º da Constituição Federal. Recurso desprovido.”** (Ap. nº 0008520-81.2013.8.26.0037; Rel.: Cristina Cotrofe; TJESP).

Sem embargo de todo exposto, ressalta-se que a correção na aplicação da Resolução Unesp 42/2012, retroagir-se-á apenas ao mês de março de 2012, data de sua edição.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido, para que ao autor, embora inativo, sejam aplicadas as benesses advindas das Resoluções nº 32/2011 e nº 42/2012, nos exatos termos em que se concedeu aos servidores em atividade, retroagindo-se a data da edição desta última resolução, procedendo-se, oportunamente, o apostilamento, em folha de pagamento, da diferença verificada e ainda condeno ao pagamento das prestações em atraso devidas, retroativas ao mês de março de 2012, observando-se a prescrição.

De outra vértice, dos valores apurados, por simples cálculo, e devidos, nos limites deste pronunciamento, será acrescida correção monetária, a contar da data que deveriam ser pagos, bem como juros moratórios a partir da citação nestes autos.

Os cálculos da correção monetária e dos juros deverão ser feitos na forma anterior à lei declarada inconstitucional pelo Pretório Excelso, qual seja, observando-se a tabela prática do E. Tribunal de Justiça e o artigo 1º-F da Lei n. 9494/97 com a redação dada pela Medida Provisória n. 2180-35/01.

Custas, despesas processuais e honorários advocatícios, na forma da Lei nº 9.099/95.

P.I.C.

Araraquara, 20 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**